



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 1.475/2023 DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO QUE INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA ANIMAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **PROJETO DE LEI Nº 1.475/2023 DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO QUE INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE BANCO DE RAÇÃO E UTENSÍLIOS PARA ANIMAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artigo 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

No que tange à iniciativa, verifica-se que o Projeto em análise observou o disposto no art. art. 21, VIII da Lei Orgânica do Município c/c artigos 211 e 222.

Art. 21. E competência do Município, comum à União e ao Estado: VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar alimentar; Art. 211. Compete ao Município, em comum com a União e o Estado, organizar o abastecimento alimentar.

Art. 222. Compete ao Município, em comum com a União e o Estado, fomentar a produção agropecuária, com a viabilização de assistência técnica ao produtor e da extensão rural.

Ademais, há de se destacar que foi observado, ainda, o disposto no artigo 39, inciso I e da Lei Orgânica Municipal pois, *compete à Câmara, fundamentalmente; I- legislar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município”.*

Projeto de Lei nº 1.475/2023 insere-se no âmbito do município o Banco de Ração e Utensílios para Animais com o objetivo do bem-estar dos animais, visto que é uma preocupação



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE Estado de Minas Gerais

fundamental para a sociedade, e é responsabilidade do Poder Público — incluindo os Municípios — e dos cidadãos garantir que os animais recebam cuidados adequados, incluindo alimentação apropriada e utensílios básicos.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei em estudo, eis que não foram constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

CONCLUSÃO

Após análise do presente Projeto de Lei nº **1.475/2023**, verificou-se que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação EXARA PARECER FAVORÁVEL à tramitação do referido Projeto, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 05 de dezembro de 2023

Oliveira
Relator

Bruno Dias
Presidente

Igor Tavares
Secretário